

RELAÇÃO CAMPO/CIDADE EM FACE DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL – TO

Data de aceite: 14/03/2023

Juliana Maria Araújo Alves

Universidade Federal do Tocantins

Orcid:

Alberto Pereira Lopes

Universidade Federal do Norte do

Tocantins

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0087-4504>

a modernização no território brasileiro.

A modernização proporcionou novas relações entre campo/cidade, criando novas formas de ocupação espacial e o novo modelo de produção, facilitando a expansão da relação de fluxos e ações com áreas distantes do campo. Nesse sentido, o objetivo deste presente trabalho é entender a relação campo/cidade a partir da modernização agrícola no município de Porto Nacional – TO. Para a consecução dos objetivos apresentados, encaminhou-se delineando o seguinte procedimento: a consolidação de um levantamento bibliográfico e revisão crítica da literatura científica que permitam analisar sobre as principais categorias e conceitos da pesquisa relativas a campo e cidade e modernização agrícola no município de Porto Nacional. O presente trabalho foi dividido em duas partes, a primeira abordando a questão do processo de modernização no campo brasileiro, e a segunda parte discute-se a modernização agrícola no município de

INTRODUÇÃO

A modernização agrícola no território brasileiro inicia-se em meados da década 1950, com a lógica da Revolução verde com os pacotes tecnológicos para aumentar a produção e a produtividade. Esse processo de modernização agrícola no território brasileiro foi idealizado a partir de modelos de modernização de outros países. Como a modernização o capital inserido no meio de produção possibilitou a inserção de novas tecnologias no campo aumentando a produtividade e lucratividade da produção. O capital possibilitou a expansão da produção transformando os espaços e intensificando

Porto Nacional e a relação dessa modernização com as relações campo / cidade.

Nesta perspectiva, a reestruturação produtiva criou novas relações entre campo/cidade e acelerou o processo de urbanização nessas áreas de produção. O período técnico- científico- informacional apresentou novas formas de ocupação espacial e o novo modelo de produção hegemônica, na qual esse período contribuiu para uma ruptura com a questão rural/urbano. O período técnico-científico-informacional favorece a expansão de objetos técnicos que criam fluxos e ações com outras áreas e intensifica o processo de modernização agrícola. Segundo Santos (2006, p.177), “as redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos”. Dessa forma, a expansão da modernização agrícola e a instalação de empresas agrícolas criam fluxos com outras áreas distantes formando redes de conexões.

O processo de modernização agrícola no município de Porto Nacional inicia-se em meados de 1960. As primeiras evidências da ocorreu com a instalação da Associação de Crédito Rural do Estado do GO (ACAR-GO), com o objetivo de prestar assistências técnicas aos agricultores e pecuaristas (Rocha, 2015). Em 1975 a associação foi substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO).

REFERENCIAL TEÓRICO

A modernização do campo no Brasil

A modernização agrícola no território brasileiro inicia-se em meados da década 1950, com a lógica da Revolução verde com os pacotes tecnológicos para aumentar a produção e a produtividade. Esse processo de modernização agrícola no território brasileiro foi idealizado a partir de modelos de modernização em meados das décadas de 1950 e 1960 com grande expansão para atingir a elevação da produção de alimentos. O Brasil é um país agroexportador desde o período da colonização brasileira e com a tentativa de aumentar a produtividade para exportação e ascender a balança comercial, por isso a necessidade do processo de modernização agrícola no território brasileiro. É importante destacar que a revolução verde tem sua fase pioneira a partir de países como México, Filipinas, Estados Unidos e Brasil com novas formas de produção baseada nos pacotes tecnológicos.

Sobre esse processo de modernização Foschiera (2005, p. 19) esclarece que “esse processo de mudança no modo de produção agrícola ocorre paulatinamente com a introdução de máquinas e implementos agrícolas, adubos químicos, de defensivos agrícolas (hoje agrotóxicos) etc.”. A agricultura brasileira antes da modernização agrícola era praticada de forma tradicional, ou seja, dependia de processos naturais e pouco

manuseio de mão de obra, com inserção do capital na produção, aumenta-se as condições de sua produtividade e, por conseguinte, sua lucratividade (Foschiera, 2005).

Nessa acepção, a modernização tem grande relação com o capital inserido no campo, que possibilitou investimentos no modo de produção agrícola, aumentando a produtividade e o lucro da produção. {...}Esse modelo de produção que destaca o capital, é a principal variável produtiva, devido os investimentos para o aumento da produtividade e da lucratividade{...}. (Alves, 2021, p. 12).

O capital inserido no campo ocasionou transformação nas relações sociais de trabalho vigentes no campo, principalmente, a substituição da mão de obra por maquinários (Foschiera, 2005). Essa substituição ocorreu devido o avanço da tecnologia, a produção que dependia de fatores naturais e praticada de forma tradicional, passa há a denominar de modernização agrícola. A reestruturação agrícola ocorreu nos EUA com a integração tecnológica da indústria e agricultura no século XX, e no Brasil essa reestruturação intensificou-se após o governo brasileiro criar o Sistema de Crédito Rural.

[...] O governo precisava fornecer condições financeira para estimular os produtores a se adequar ao novo modelo de produção agrícola. Para colocar essa reestruturação agrícola em prática, o governo brasileiro organizou várias estruturas e, além do crédito rural, fortaleceu a extensão rural oficial, criou instituições de pesquisas agropecuárias, envolveu cooperativas agrícolas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais{...} (Alves, 2021, p. 13).

Diante desse processo de modernização agrícola no território brasileiro ocasionou transformações nas relações sociais, principalmente, na questão de campo / cidade alterando a urbanização brasileira que a partir das décadas 1950 à 1980 o processo de urbanização no Brasil acentuou-se na região litorânea do Sul e Sudeste do país. Essas regiões se desenvolveram devido ao forte processo de industrialização nessas área. Alves (2021, p. 15) intitulou essas regiões de “regiões concentradas” que se desenvolveram ainda no período técnico-científico.

A urbanização interioriza no território brasileiro em meados da década 1980 com a expansão da produção agrícola brasileira para o Centro-Oeste do país. O novo modelo de produção capitalista proporciona o incremento de fixos no espaço, criando diversas redes de fluxos e acentuando as divisões de trabalho. Para Alves (2021, p.15), {...} o capitalismo e a presente divisão do trabalho foram agentes que contribuíram fortemente para ocupação periférica no país. Nas áreas ocupadas nesse momento teve-se facilidade para se reorganizar a produção e o território {...}.

Nesta acepção, a nova reorganização do modo de produção agrícola contribuiu para o crescimento da rede urbana no território brasileiro. A partir desse momento, segundo Elias e Pequeno (2007, p. 6), “é impossível continuar simplesmente dividindo o Brasil entre

urbano e rural. Mas em uma divisão entre o Brasil urbano com áreas agrícolas e um Brasil agrícola com áreas urbanas refletiria melhor a realidade contemporânea do país”. Para esses autores essa divisão explicaria melhor a ocupação do espaço geográfico dentro da reestruturação produtiva implementada no país.

A reestruturação produtiva criou novas relações entre campo/ cidade e acelerou o processo de urbanização nessas áreas. Para Marafon, Fortes e Seabra, essa reestruturação criou novos questionamentos sobre o rural/urbano,

[...] as questões “o que é campo/cidade?” e “o que é rural/urbano?” orientam estudos no ambiente acadêmico desde a constatação de que o paradigma dicotômico e a associação direta entre os pares – campo com o rural e cidade com o urbano – já não era suficiente para compreensão da dinâmica de reprodução espacial observado no que se entendiam anteriormente como estes ambientes [...] (Marafon; Forte; Seabra, 2019, p.155).

O período técnico-científico- informacional apresentou novas formas de ocupação espacial e o novo modelo de produção hegemônica. Esse período criou uma ruptura com a questão rural/urbano. O período técnico-científico-informacional favoreceu expansão de objetos técnicos que criam fluxos e ações com outras áreas. Para Santos (1994, p.139) o meio técnico-científico informacional “[...] é o momento no qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de meio técnico-científico, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência e técnica”.

Esses espaços vistos como áreas sem desenvolvimento, hoje devido a expansão das técnicas, não estão mais vinculados ao atraso. De acordo Marafon, Fortes e Seabra (2029, p. 155),

[...] o campo e a produção agrícola comungaram do mesmo significado durante várias décadas e, principalmente, de várias metodologias de estudo. Estudar o campo era, quase sempre, estudar os aspectos relacionados ao processo de produção de gêneros agrícolas e à distribuição desses produtos [...].

Essa divisão de campo/cidade e rural/urbano articula relações que transformam o espaço geográfico, contudo mantém traços específicos dessa área. Essas transformações se intensificam, após a tecnificação do campo que inseriu o capital no meio de produção e criou “novas formas de ocupação do espaço”, como destaca Woods (2005). Novas formas que refuncionalizam o espaço geográfico nas esferas campo/cidade formando novas relações sociais, mas não alterações nas particularidades desses espaços.

Dessa forma, todo esse processo de transformações nas relações campo / cidade que desencadeou a intensificação da urbanização brasileira que inicia-se nas regiões sul e sudeste vem se expandido para porção da Amazônia brasileira. Os recentes marcos

de ocupação da Amazônia se referem a inserção do Tocantins na região delimitada de Amazônia Legal ocorre em 1953, quando o Tocantins pertencia ao norte do Goiás.

Essa delimitação da Amazônia Legal ocorreu inicialmente com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região, na qual a economia estava estagnada em relação a outras regiões do país (Oliveira, 2021). Com o avanço da agricultura na região da Amazônia e, principalmente, no Tocantins é um desafio e precisa ser desenvolvido de forma planejada. O Tocantins é segundo estado da Amazônia Legal que mais produz soja.

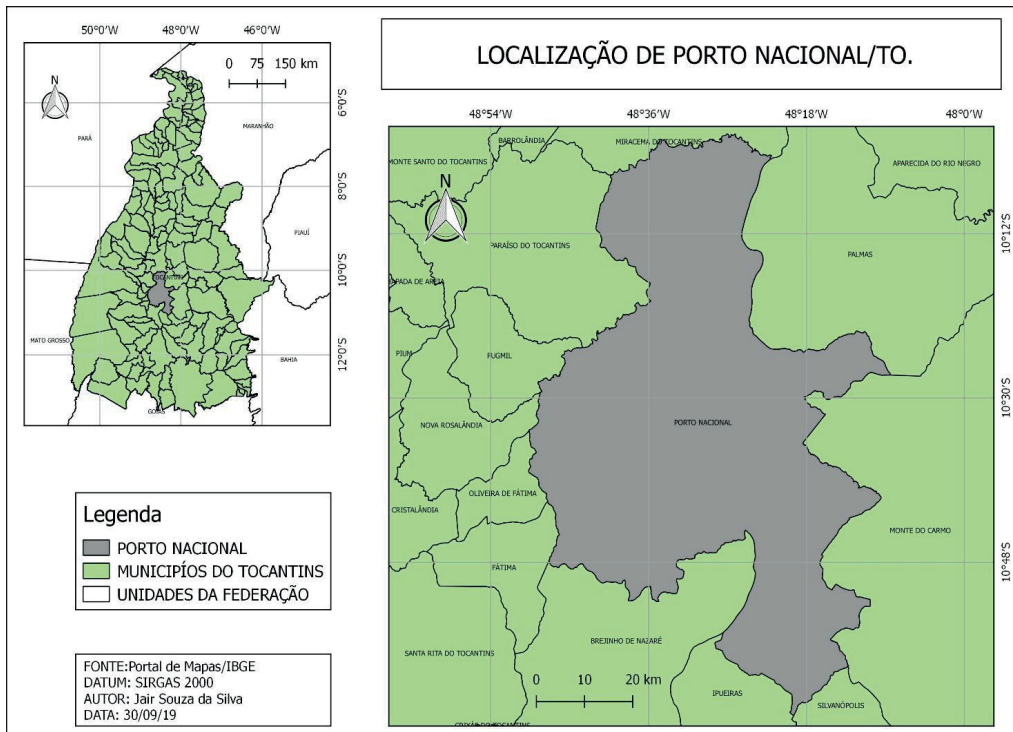
As novas regionalizações criadas em função do agronegócio globalizado foram denominadas por Elias (2015) de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs), essa delimitação de Elias está inserida dentro da Amazônia Legal, pois abrange o estado do Tocantins. As RPAs formam redes agroindustriais propícias ao capital de empresas hegemônicas. São empresas que atuam como atores hegemônicos no território, sendo que as mesmas “são capazes de acionar as redes e utilizar todo o território global” (Alves, 2021, p. 19).

O agronegócio que está se expandido na Amazônia Legal criando novas reorganização no espaço e transformações nas relações dentro das cidades e no campo. Essa região se adequa a essa nova lógica de produção e refuncionaliza suas estruturas para atender essa nova dinâmica econômica de desenvolvimento.

A expansão do agronegócio não ocorre em todo território da Amazônia Legal, devido este território ainda se encontrar no processo inicial da expansão da territorialização do capital para tal atividade. A Amazônia apresenta um papel importante para o mercado exportador, pois sua localização estratégica, próxima da Ásia pelo Canal do Panamá quanto, também, próxima da União Europeia. Dessa forma, a Amazônia se torna um território importante para exportação da soja.

Processo de modernização agrícola em Porto Nacional-TO

O município de Porto Nacional localiza-se na Região Geográfica Imediata de Porto Nacional que está inserida na Região Geográfica Intermediária de Palmas, conforme apresenta o Mapa 1. Segundo dados do IBGE (2021), Porto Nacional tem uma população estimada de 53.316 habitantes.



Mapas 1- Localização do Município de Porto Nacional

fonte:

O processo de modernização agrícola no município inicia-se em meados de 1960, e as primeiras evidências ocorreram com a instalação da Associação de Crédito Rural do Estado do GO (ACAR-GO), com o objetivo de prestar assistências técnicas aos agricultores e pecuaristas (Rocha, 2015). Em 1975 a associação foi substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO). Com a implantação da EMATER-GO o município ainda se encontrava no processo de transição da agricultura tradicional para agricultura modernizada. Nesse período a EMATER-GO possibilitou incentivos aos agricultores da região a produção de arroz para comercialização.

A comercialização do arroz na região imediata de Porto Nacional cresceu nesse período que ocasionou a expansão da Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda. (Cappol), que garantiu ao município grande destaque com o cultivo e comercialização. Em 1978 a cooperativa constrói os primeiros silos de armazenamento da região (Rocha, 2015).

Segundo Reinaldo (2016), em 1980 a produção do arroz entra em decadência devido às dificuldades na produção de arroz, que foram apresentadas por Rocha destacando:

- a) rotação de variedades não era feita regularmente, ficando suscetíveis a pragas;
- b) a política de preço mínimo aplicada pelo Estado não cobria os custos de produção;
- c) pouca presença de empresas para comercialização da produção;
- d) dificuldade na aquisição de insumos e implementos agrícolas;
- e) falta de regulação de preços (Rocha, 2015, p. 75),

Dessa forma, inicia-se os primeiros cultivos de grão de soja na região imediata de Porto Nacional marcando a primeira expansão da soja na região. Uma nova expansão do grão ocorre já no século XXI no modelo neoliberalismo e Porto Nacional assume um papel de polo na nova dinâmica de produção capitalista (Alves, 2021).

Nesse sentido, o processo de modernização agrícola no município se desenvolveu ainda na lógica de complexo agroindustrial na década de 1960. A instalação da Associação de Crédito Rural do Estado de Goiás (ACAR-GO), contribuiu com assistência técnica para os produtores da região, que tinham como produto cultivado o arroz sequeiro, marcando a primeira fase do processo de modernização agrícola nessa região. A soja começou a ser cultivada no período de decadência do arroz e a Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda (CAPPOL) foi a referência nesse período na região em comercialização do grão de soja.

Em 1980 essa expansão agrícola ocorre um retrocesso devido à crise da inflação. Já no século XXI em meados dos anos 2000 a expansão agrícola acelera novamente no modelo neoliberal. As empresas privadas e, principalmente empresas multinacionais começam a se instalar na região de Porto Nacional aumentando a produtividade e a expansão dessas áreas.

Apartir desse momento as relações campo e cidade ganham uma nova reorganização espacial e esse novo modelo de produção capitalista contribui para o processo de urbanização no território. A partir desse momento, segundo Elias e Pequeno (2007, p. 6), “é impossível continuar simplesmente dividindo o Brasil entre urbano e rural. Mas em uma divisão entre o Brasil urbano com áreas agrícolas e um Brasil agrícola com áreas urbanas refletiria melhor a realidade contemporânea do país”.

Para Reinaldo (2016) e Rocha (2015), essa nova expansão da soja teve grande influência de empresas privadas que se instalaram na região. Essas empresas trouxeram novas tecnologias para o manejo no campo. Os autores destacam algumas empresas como: Bunge Alimentos S/A, Multigrain S/A, Fiagril Ltda, Cargill Agrícola S/A e entre outras. A instalação dessas empresas teve influências do estado que incentivou a instalação das empresas privadas. As empresas proporcionaram a Porto Nacional e aos municípios vizinhos um crescimento econômico, devido às instalações de empresas ligadas a financiamento, industrialização e comercialização do grão.

Segundo Alves (2021), as empresas instaladas em Porto Nacional contribuíram para uma fluidez e criação de redes de conexões do agronegócio com áreas de municípios

circunvizinhos e outras regiões do território brasileiro. No quadro 1 apresenta-se empresas voltadas para o agronegócio instaladas no município de Porto Nacional destacadas por Alves (2021).

Nº	Empresas	Origem/ Fundação	Filiais	Atuação	Ano de Instalação no Brasil	Ano de Instalação e atuação em Porto Nacional	Países em que a empresa atua.
1	Cerradão Soluções Agrícolas	Fundada em Porto Nacional/TO em 2016	TO	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	Instalada no Brasil em 2016	2016	Não
2	Stara Evolução Constante	Fundada em 1960 com capital holandês e sede em Não-Me-Toque, Rio Grande do Sul	TO, RS e Argentina	Máquinas Agrícolas	Instalada no Brasil em 1960	SI*	Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia
3	Fortaleza Agrícola	Fundada em 2007 em Edéia Goiás	TO, PA e GO.	Mercado de distribuição de insumos agrícolas e assistência técnica	Instalada no Brasil em 2007	2017	Não
4	Sinagro	Fundada em 2001 em Goiás.	MT, MS, GO, MG, BA, TO, PA	Segmentos de defensivos, Fertilizantes, Sementes e originação de grãos	Instalada no Brasil em 2001.	2019	Não
5	Rural Brasil.	Fundada em 1987 em Jataí - GO, unidade que permanece como Matriz	PA, MA, TO, MG, MT, GO	Sementes, Adubo e Defensivos	Instalada no Brasil em 1987	2021	Não
6	Gransoja	Fundada em 2017	TO	Armazenamento, semestres	Instalada no Brasil em 2017.	SI	Não
7	Inovar Comercio de Defensivos Agrícolas LTDA	Fundada em 2005	TO	Sementes, defensivos	Instalada no Brasil em 2005	Instalação em 2005	Não

8	Syngenta	Fundada em 2000, Suíça	SP, MG, PR, MT, GO, DF, CE	Sementes, defensivos	Instalada no Brasil 2001	SI	Atua em 90 países
9	Uniaagro	Fundada em 2012 no Rio Grande do Sul	RS, BA, TO,	Defensivos, Sementes, Nutrição e Biológicos	Instalada no Brasil em 2012	Em 2016	Não
10	Jhon Deere	Fundada em 1837 no EUA	PA, TO,	Maquinas, Implementos Agrícolas e Equipamentos	Instalada no Brasil em 1979	SI	Estados Unidos, Canadá, México, Austrália, Inglaterra, França, Alemanha, Argentina, Luxemburgo e no Brasil
11	Simbiose	Fundada em 2007 em Cruz Alta - RS	RS, MS, PR, SC, MA, TO, SP, BA, MG, MT	Controle Biológico e Implementos	Instalada no Brasil em 2007	SI	Brasil, Paraguai e dois países Africanos
12	Sul Goiano Agronegócio LTDA	Fundada em 2007 em Goiatuba	RS, TO, GO	Nutrição Foliar e Defensivos	Instalada no Brasil em 2007	SI	Não
13	Porto Cereais	Fundada em 2015	TO	Sementes	Instalada em 2015	2015	Não
14	MOI Máquina e Implementos	Fundada em 1998 em Chapecó	SC, MT, TO	Máquinas e Implementos Agrícolas	Instalada no Brasil em 1998	Instalada em Porto Nacional em 2013	Não

Quadro 1 - Empresas Instaladas em Porto Nacional

Fonte: Organização: Juliana Alves, 2021]

Dados retirados do sites das empresas

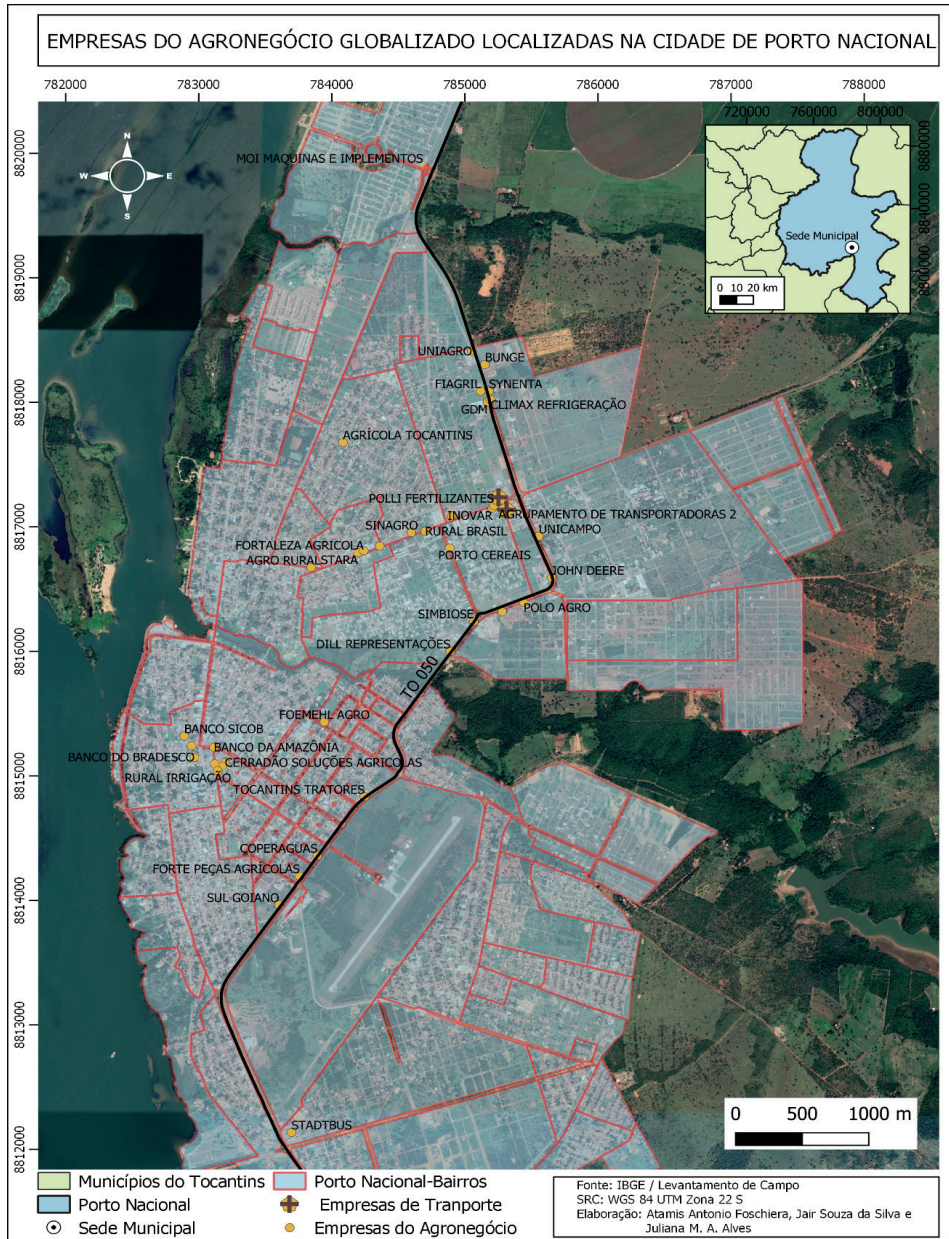
SI: Sem Informação

Alves (2021), identificou as empresas do agronegócio e caracterizou essas empresas de acordo com a escala de atuação das mesmas. Observa-se que a instalação dessas empresas teve uma aceleração a partir dos anos 2000, já no período do neoliberalismo e com o agronegócio globalizado vigente. Nessa acepção segundo a autora

Se instalaram em Porto Nacional empresas de capital internacional e nacional, bem como empresas formadas a partir da interação destes dois tipos de capitais. Ocorreu a instalação de empresas que já atuavam em outras regiões do Brasil em que o agronegócio globalizado estava consolidado, bem como empresas que se formaram no Tocantins ou em outras áreas do Cerrado onde o agronegócio globalizado está em consolidação. Cabe um destaca para empresa Tocantins Fertilizantes que conseguiu se expandir no agronegócio

globalizado especializando-se para outros estados brasileiros (Alves, 2021, p. 36).

Alves (2021), também identificou as áreas de concentração dessas empresas dentro do município, demonstrada no mapa abaixo.



Mapa 2- Especialização das Empresas do Agronegócio em Porto Nacional

Fonte: Organização: Alves, 2021

Essas empresas atuam especificamente em áreas como: logística; transportes; originação de grãos; comercialização de máquinas, implementos, fertilizantes, sementes, e outros insumos agrícolas; controle biológico; assistência técnica; armazenamento; financiamentos agrícolas; compra de produção agrícola; beneficiamento e esmagamento de grãos; entre outras.

Observa-se que as empresas estão concentradas ao longo da rodovia TO-50, próximo a saída da cidade em direção a capital do estado, Palmas. Outra área de concentração ocorre em torno da avenida Mundoca Aries e no centro da cidade, no qual identifica-se os bancos e cooperativas de financiamento. Essas empresas se encontram ao longo da rodovia para facilitar o deslocamento e transporte da soja para comercialização e exportação do produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo analisar a relação campo /cidade e identificar as fases do processo de modernização agrícola no município de Porto Nacional. O processo de modernização agrícola no município se desenvolveu ainda na lógica de complexo agroindustrial na década de 1960. A instalação da Associação de Crédito Rural do Estado de Goiás (ACAR-GO), contribuiu com assistência técnica para os produtores da região, que tinha como produto cultivado o arroz sequeiro, marcando a primeira fase do processo de modernização agrícola nessa região. A soja começou a se cultivada no período de decadência do arroz e a Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda (CAPPOL) foi a referência nesse período na região em comercialização do grão de soja.

Em 1980 essa expansão agrícola ocorre um retrocesso devido à crise da inflação. Já no século XXI em meados dos anos 2000 a expansão agrícola acelera novamente no modelo neoliberal. As empresas privadas e, principalmente empresas multinacionais começam a se instalar na região de Porto Nacional aumentando a produtividade e a expansão dessas áreas.

Apartir desse momento as relações campo e cidade ganham uma nova reorganização espacial e esse novo modelo de produção capitalista contribui para o processo de urbanização no território. A partir desse momento, segundo Elias e Pequeno (2007), dividir o Brasil em áreas urbanas e agrícolas expressa melhor a realidade do período técnico-científico-informacional vigente no país.

O Tocantins é o segundo estado da Amazônia Legal que mais produz soja. As novas regionalizações criadas em função do agronegócio globalizado foram denominadas por Elias (2015) de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs), essa delimitação de Elias está inserida dentro da Amazônia Legal, pois abrange o estado do Tocantins. A Amazônia

apresenta um papel importante para o mercado exportador, pois sua localização estratégica é tanto próxima da Ásia pelo Canal do Panamá quanto, também, próxima da União Europeia. Dessa forma, a Amazônia se torna importante para exportação da soja.

Entre as empresas instaladas em Porto Nacional observa-se empresas de capital internacional e nacional, assim como empresas com interação destes dois tipos de capital. Pode-se destacar que boa parte das empresas relacionadas ao transporte estão concentradas na entrada da cidade sentido Palmas à Porto Nacional, entorno da rodovia TO- 050, na Avenida Mundoca Aires, empresas ligadas a comercialização, originação, armazenamento, assistência técnica e entre outros. E bancos e cooperativas relacionadas ao financiamento agrícola concentradas no centro do município de Porto Nacional. Foram encontradas 31 empresas no município, porém apenas 15 empresas foram encontradas com sites com as descrições das mesmas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Juliana Maria Araújo. *Espacialização de empresas do agronegócio globalizado em Porto Nacional*. Trabalho de Conclusão de Curso- TCC (Licenciatura em Geografia), colegiado de Geografia, UFT, Porto Nacional/ Universidade Federal do Tocantins, 2021.

ELIAS, Denise, Pequeno, Renato Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 9, núm. 1, maio, 2007, pp. 25-39 Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional Recife, Brasil

ELIAS, Denise: Reestruturação Produtiva da Agropecuária e Novas Regionalizações no Brasil. In. ALVES, V. E. L. (Org.). *Modernização e regionalização nos cerrados do Centro- Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. Pág. Inicial-final do artigo.

FOSCHIERA, A. A. A Produção Agrícola no Brasil. *Interface*. Porto Nacional/TO, v. 2, p. 18-31, maio 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População de Porto Nacional*. Fonte - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/porto-nacional/panorama>. Acessado em 23/07/2021

MARAFON, Gláucio José, Fortes, Gabriel Bias, Seabra, Rogério. As relações campo/cidade e rural/ urbano no século XXI. In: Gláucio José Marafon, Marcelo Cervo Chelotti, Vera Lúcia Salazar Pessôa. *Temas em Geografia Rural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019, p.155.

REINALDO, Thays L. *Fronteira e modernização agrícola na Amazônia leal: a experiência da Cooperativa Agropecuária Portuense LTDA - CAPPOL – Porto Nacional/TO: UFT, 2016. (Dissertação)*

ROCHA, Carlos Eduardo. *O processo de territorialização da agricultura moderna e expansão da produção de soja no município de Porto Nacional – TO*. Porto Nacional – TO: UFT, 2015. (Dissertação)

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos;)

WOODS, Michael. *Rural geography: processes, responses and experiences in rural restructuring*. Londres: *Sage Publications*, 2005